

27/1/98 A10
132

Deputados votam hoje lei que define crimes ecológicos

*Ambientalistas acusam
governo de abrandar
punições em acordo
com ruralistas*

SANDRA SATO

BRASÍLIA – A Câmara dos Deputados vota hoje, em meio à polêmica e às acusações de ambientalistas, o projeto que define os crimes contra o ambiente e pune seus agressores com penas mais brandas para violações contra a fauna, como a caça de animais silvestres. Os ambientalistas acusam o governo de ter eliminado, na negociação com parlamentares e entidades de classe, medidas que tornariam mais eficazes as punições dos crimes contra a ecologia.

“Foi um processo de negociação que resultou num avanço, porque esse projeto vai combater a impunidade”, disse o ministro do Meio Ambiente, Gustavo Krause. O projeto organiza num só texto a maioria dos crimes hoje cometidos contra o ambiente e dá força de lei às multas aplicadas pelo ministério, sempre contestadas na Justiça porque são fixadas por meio de portaria. Segundo o ministério, o projeto permitiria cobrar, só em Minas, 40 mil autos de infração hoje bloqueados judicialmente.

O relator do projeto na Comissão de Meio Ambiente, José Carlos Aleluia (PFL-BA), está convencido de que a maioria dos deputados votará a favor da proposta. Mesmo assim, pretende reunir-se com parlamentares representantes da bancada ruralista e de partidos de oposição para “reduzir a quantidade de problemas” na hora da votação.

“O governo fez concessões aos próprios agentes destruidores da natureza”, disse o deputado Gilney Viana (PT-MT), ao criticar o acordo firmado entre o governo e a bancada ruralista do Congresso. Ele defende o adiamento da votação. A bancada ruralista, mesmo tendo negociado com o Executivo, também se diz insatisfeita.

Adiamento – O relator do projeto na Comissão de Agricultura, Valdir Collatto (PMDB-SC), que, na semana passada, confirmava o acordo entre governo e ruralistas, afirmou que o melhor seria adiar a votação porque, o que será feito na Câmara “é um remendo”. Segundo comentou, “esse texto já está superado”.

O projeto, de iniciativa do Executivo, aprovado por deputados e senadores, volta à Câmara para uma segunda votação. Os parlamentares não podem apresentar emendas, só suprimir artigos. A proposta cria punições brandas para caçadores de animais silvestres e castiga empresários que causem danos ambientais.

Entre os crimes previstos estão importar ou comercializar produtos tóxicos, poluir e provocar incêndios nas matas. A empresa pode ser responsabilizada pelas decisões de seus executivos ou administradores. O governo fez um acordo para permitir queimadas em áreas de pasto ou agricultura.

A oposição calcula que o acordo com os ruralistas mudará 35 dos 80 artigos aprovados no Senado: o que não for rejeitado no plenário será votado pelo presidente da República.